

Ano XX nº 5877 – 17 agosto de 2018

CAMPANHA SALARIAL 2018

Hoje tem negociação com a Fenaban

A Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) volta a se reunir com o Comando Nacional dos Bancários nesta sexta-feira (17/08), às 10h, em São Paulo. É a sétima rodada de negociação desde que a campanha salarial teve início em junho.

Na última rodada, em 07 de agosto, a Fenaban apresentou uma proposta muito distante do que pode oferecer, ignorando um dos pontos mais importantes da atual pauta de reivindicações, a manutenção dos direitos que hoje constam na Convenção Coletiva de Trabalho.

Em resposta, os bancários rejeitaram a proposta em assembleias realizadas por todo o país. Agora, o Comando Nacional espera que os bancos apresentem uma nova proposta completa, com os pontos sobre saúde, segurança, melhores condições de trabalho, garantia de emprego, igualdade de oportunidades.

Importante destacar que no primeiro semestre o lucro dos bancos bateu na casa dos R\$ 28,3 bilhões. Isso sem a Caixa. Negar as reivindicações, portanto, é um desrespeito.

Hoje, 17/08, promete ainda mais discussões, com mais uma rodada com a Caixa e o BB. As negociações acontecem tão logo a mesa da Fenaban termine.



Decisão sobre terceirização está nas mãos do STF



Considerado um dos grandes males para o mundo do trabalho, por precarizar ainda mais o emprego, a lei da terceirização está em votação no Supremo Tribunal Federal. O STF decide sobre uma questão que tanto tem mobilizado os sindicatos de trabalhadores, ou seja, se todos os serviços de uma empresa, inclusive a atividade fim, podem ser terceirizados.

Aprovada em março do ano passado, sob fortes protestos de influentes setores da sociedade, que temem as consequências negativas sobre a qualidade dos serviços prestados por empregados terceirizados, a lei da terceirização tornou-se ainda mais nociva com a nova legislação trabalhista que entrou em vigor em novembro último.

Conforme o próprio STF, serão analisados aspectos principais em três ações: os limites da terceirização (atividade-meio e/ou atividade-fim), liberdade de contratação do empresário e respeito à livre iniciativa econômica e as responsabilidades das tomadoras de serviços.

Governo tira aposentadoria e não divulga critério

O desrespeito da parte do governo com beneficiários de auxílio doença e aposentados por invalidez se torna cada vez maior. Com a justificativa de corte de gastos, o governo federal vem, por meio de alterações nos procedimentos periciais, cancelando milhares de benefícios a cada ano.

Nem os profissionais de saúde, sindicalistas, advogados e especialistas em reabilitação profissional têm entendido os critérios de manutenção e suspensão dos direitos dos segurados por falta de clareza.

Serão revisadas até o fim do ano, 552 mil auxílios-doença e 1 milhão de aposentadorias por invalidez, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social. Só nos casos de auxílio-doença, de agosto de 2016 até julho, foram revistos 404 mil casos e 78% dos benefícios foram anulados.

A falta de transparência de critérios adotados para justificar os cortes é um dos problemas da medida nefasta tomada pelo governo. Além de ocorrer a precarização e sucateamento da política pública de Previdência Social.